



Largo do Paço
4704-553 Braga – P

Universidade do Minho
Unidade de Serviços dos Sistemas de Informação e Comunicações

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL REF^a CCP USSIC - 22/2025 PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE DE VOZ E DADOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SUPORTE, NAS INSTALAÇÕES DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Artigo 1º

Objeto do concurso

1 – O presente procedimento tem por objeto principal a aquisição de serviços de suporte de voz e dados, incluindo o fornecimento equipamentos de suporte, nas instalações da Universidade do Minho, nos termos, condições, quantidades e com as características constantes do respetivo caderno de encargos e seus anexos.

2 – O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública, acessível através do portal <http://www.acingov.pt>, mediante registo.

Artigo 2º

Adjudicação por lotes

1 – Os serviços a prestar e dos equipamentos de suporte a fornecer encontram-se agrupados de acordo com os seguintes lotes:

- a. Lote I – Serviços de comunicações de dados WAN, Serviço de acesso analógico e Serviço de internet com interface de acesso analógico;
- b. Lote II – Serviços de telecomunicações móveis de voz e dados;
- c. Lote III – Serviço de locação de dois pares de Fibra Ótica Escura;
- d. Lote IV – Serviço de manutenção e acesso a novas versões de software operativo para equipamentos de comunicações;
- e. Lote V – Serviço de manutenção para os equipamentos servidores, software e terminais IP de voz;
- f. Lote VI – Serviço de manutenção preventiva e corretiva para unidades de alimentação ininterrupta (UPS);

2 – Cada concorrente deve indicar claramente a que lote(s) concorre, podendo apresentar proposta para um, para vários ou para a totalidade dos lotes identificados no número um.

3 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a proposta sempre deverá ter em consideração cada lote, individualmente, não sendo admitidas propostas combinadas, tendo em vista a adjudicação agregada de vários lotes.

4 – Nos termos do n.º 4 do artigo 46.º-A do CCP, o **número máximo de lotes a adjudicar a cada concorrente é de 3 (três)**, de modo a garantir a fiabilidade das prestações objeto do contrato e procurando evitar situações de mera acomodação ou de incumprimento dos respetivos contratos, por parte dos cocontratantes, visando, ainda, facilitar o acesso das pequenas e médias empresas e fomentar a máxima concorrência possível.

5 – Deste modo e nos termos do princípio da autorregulação procedimental conferido pelo n.º 4 do artigo 132.º do referido código, nos casos em que a aplicação do critério de adjudicação resulte na atribuição, ao mesmo concorrente, de um número de lotes superior ao máximo de 3, o critério que preside à escolha dos lotes a adjudicar a esse mesmo concorrente consubstancia-se na **maior diferença** entre o preço apresentado, para cada lote, pelo concorrente ordenado em primeiro lugar e o preço apresentado, para cada lote, pelo concorrente ordenado em segundo lugar, até completar o limite máximo de lotes a adjudicar a um concorrente; *a contrario*, ao concorrente ordenado em segundo lugar para os lotes respetivos será(ão) adjudicado(s) o(s) lote(s) de que resulte dos preços apresentados uma menor diferença.

6 – No caso de empate na diferença referida no ponto anterior, o critério de escolha do lote a adjudicar ao concorrente ordenado em primeiro lugar será o do lote com o preço base maior, isto é, terão prioridade para efeitos de adjudicação o(s) lote(s) com maior preço base.

7 – O disposto nos números anteriores aplica-se sem prejuízo de serem salvaguardadas as situações em que todas as entidades concorrentes às quais já tenham sido adjudicados 3 lotes, sejam adjudicados mais lotes, por serem os únicos concorrentes com propostas passíveis de adjudicação.

Artigo 3º

Entidade Pública adjudicante

A entidade adjudicante é a Universidade do Minho (UMinho), com sede no Largo do Paço, em Braga, com o contacto institucional, no âmbito do presente procedimento, na Unidade de Serviços dos Sistemas de Informação e Comunicações, através do telefone +351 253601400 e do *email* ussic@ussic.uminho.pt.

Artigo 4º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi autorizada por despacho do Reitor da UMinho, nos termos do disposto no artigo 36.º do CCP.

Artigo 5º

Impedimentos

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que violem qualquer das disposições previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 6º

Disponibilização e acesso ao procedimento

1 – As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Universidade do Minho, acessível através do *site* eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do respetivo anúncio, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Programa do Procedimento e Caderno de Encargos estão disponíveis nos serviços da entidade adjudicante, para consulta na Unidade de Serviços dos Sistemas de Informação e Comunicações, sito no Campus de Gualtar, em Braga, onde pode ser examinado até ao prazo limite de apresentação das propostas. A Unidade de Serviços dos Sistemas de Informação e Comunicações funciona nos dias úteis, de segunda a sexta-feira das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:30 horas.

3 – Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do estabelecido no número 1, desde o dia da publicação do anúncio, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo pelo período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do n.º 6 do artigo 133.º do CCP.

Artigo 7º

Visita às instalações

1 – Os interessados podem realizar visitas às instalações referidas no Artigo 1.º, referente aos locais identificados no Lote I, entre a data da publicação do anúncio e a data de entrega das propostas.

2 – Para os efeitos do previsto no número anterior, os interessados devem solicitar o agendamento da visita, através do canal “Outras Comunicações”, disponível na plataforma eletrónica, com a indicação das instalações e ou localização de equipamentos que pretendem visitar e dos dias em que o pretendem fazer, com a antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, a realizar entre a data da publicação do anúncio e a data de entrega das propostas, cuja data será comunicada em resposta à respetiva solicitação.

Artigo 8º

Esclarecimentos, Retificações e Alterações das Peças do Procedimento

1 – Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do concurso, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt>.

2 – Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem ainda apresentar, através da plataforma eletrónica utilizada pela Universidade do Minho, em <http://www.acingov.pt>, ao órgão competente para a

decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

3 – Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões referidos na alínea d) do número anterior e aqueles que os concorrentes, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.

4 – O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores acarreta as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt>;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt>, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6 – Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo estabelecido no número anterior, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º do CCP.

7 – Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões, nos termos do n.º 3 do artigo 64.º do CCP.

8 – A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, nos termos do n.º 4 do artigo 64.º do CCP o qual aproveita todos os interessados.

9 – Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt> e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto, nos termos do n.º 5 do artigo 64.º do CCP.

10 – Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9º

Documentos que constituem a proposta

1 – As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
 1. “Sou um operador económico”;
 2. “Importar um DEUCP”;
 3. “Carregar documento” – selecionar o ficheiro “CCP USSIC-22/2025 - DEUCP” em formato .xml/ disponibilizado pela Universidade do Minho na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.
 4. Selecionar o país do concorrente;
 5. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 6. No final, selecionar a opção “Imprimir/Exportar” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado nos termos do artigo 10.º do presente programa e enviado juntamente com os restantes documentos da proposta.
- b) Proposta de preços elaborada em conformidade com o **Anexo I**, preferencialmente com a designação “*Anexo_I [designação concorrente]*”, preenchendo as tabelas e indicando expressamente o(s) lote(s) a que concorre e discriminando os valores globais propostos para cada lote da seguinte forma:
 - i. O preço total, por lote, dos serviços base de suporte de voz e dados;
 - ii. O preço total, para os valores estimados dos serviços extra de comunicações de voz e dados extra serviço base respeitante ao **Lote I e ao Lote II**, conforme previsto no artigo 4.ª da Parte II do Caderno de Encargos;

(preferencialmente, a proposta de preços deve adicionalmente ser enviada em formato Word ou Excel, de modo a permitir a edição/cópia dos valores apresentados);

- iii. O preço total, para os valores dos serviços extra para os serviços e pacotes adicionais extra serviço base respeitante ao **Lote I e ao Lote II**, conforme previsto no artigo 5.º da Parte II do Caderno de Encargos;
 - iv. O preço total, para os valores dos serviços extra para os serviços adicionais de apoio técnico profissional extra serviço base respeitante ao **Lote IV**, conforme previsto no Artigo 10.º da Parte II do Caderno de Encargos;
 - v. O preço total, para os valores dos serviços extra para os serviços adicionais de apoio técnico profissional extra serviço base respeitante ao **Lote V**, conforme previsto no Artigo 12.º da Parte II do Caderno de Encargos;
 - c) Referente ao **Lote IV**, entrega dos documentos que demonstrem o cumprimento dos requisitos técnicos da alínea j) e k) do ponto I do definido nas especificações técnicas – Anexo A.4 do Caderno de Encargos.
 - d) Referente ao **Lote V**, entrega dos documentos que demonstrem o cumprimento dos requisitos técnicos da alínea j) e k) do ponto I do definido nas especificações técnicas – Anexo A.5 do Caderno de Encargos.
 - e) O concorrente pode ainda apresentar outros documentos que considere indispensáveis para a avaliação dos atributos das propostas, de acordo com os quais se dispõe a contratar.
- 2 – Os preços constantes da proposta são indicados em euros, com 2 (duas) casas decimais e não incluem o IVA, salvo os preços de Serviços Extra, que são indicados em euros, com 3 (três) casas decimais e não incluem o IVA.
- 3 – Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de qualquer divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 10º

Prazo e modo de apresentação da proposta

- 1 – Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>, até às **23:59 horas do 30º dia** contado da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
- 2 – Quando, pela sua natureza, qualquer documento que constitua a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, aplica-se o previsto no n.º 5 do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3 – A proposta e todos os documentos que lhe associarem, designadamente, a declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo anterior devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.**
- 4 – Independentemente da assinatura qualificada que é feita na própria plataforma, é obrigatória a aposição da assinatura digital qualificada, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, em todos os documentos da proposta submetidos, com exceção dos comprovativos de titularidade ou representação emitidos por entidades externas ao concorrente.**
- 5 – Se os documentos referidos no ponto 1 do artigo anterior forem assinados por procurador, será necessário anexar procuração que confira poderes suficientes para o efeito.**
- 6 – Quando os documentos referidos no número anterior forem assinados por representante legal do concorrente, é necessário apresentar a certidão permanente da empresa ou indicação do código de acesso à consulta para conferir os poderes da representação do mesmo.**
- 7 – Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no artigo anterior devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 8 – O concorrente deve prever o tempo necessário para a inserção da proposta, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida.

Artigo 11º

Agrupamentos

- 1 - A proposta pode ser apresentada por um agrupamento de concorrentes, constituído por pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
- 2 - Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 3 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.

4 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de Consórcio Externo, em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 12º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara, para todos efeitos, aceitar prevalência sobre os respetivos originais, com exceção dos documentos referidos na(s) alínea(s) c) e d) do n.º 1 do artigo 9.º do presente Programa, que poderão ser entregues em inglês sem necessidade de tradução.

Artigo 13º

Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 14º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 15º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

- 1 – O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes, através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt>.
- 2 – O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação da sua proposta.
- 3 – Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no ponto 1 do presente artigo.

Artigo 16º

Exclusão das propostas

- 1 – São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação, em conformidade com o ponto 1 do Artigo 10.º do presente programa de concurso;
 - b) Que não sejam instruídas de todos os documentos exigidos no ponto 1 do Artigo 9.º do presente programa de concurso;
 - c) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos;
 - d) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de alguns dos respetivos atributos;
 - e) Que o preço contratual seria superior ao preço base, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70º;
 - f) Que o contrato a celebrar implicaria uma violação de quaisquer vinculações legais ou regularmente aplicáveis;
 - g) A existência de indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
 - h) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - i) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos;
 - j) Que os documentos que constituem a proposta não estejam redigidos em língua portuguesa;
 - k) Que sejam apresentadas como propostas variantes;
 - l) Que violem quaisquer das demais disposições previstas no Código dos Contratos Públicos.

Artigo 17º

Critério de adjudicação

1 A adjudicação será feita **por lote**, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator – **preço, como único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência** – nos termos

da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo **considerada como mais vantajosa a proposta que apresente o menor preço final (PF)**

2 – Para efeitos do número anterior, a valoração das propostas apresentadas para cada lote será calculada através das seguintes fórmulas:

a) Para o Lote I e Lote II:

$$PF = \text{sum}(PSVD) + \text{sum}(PSVDT \times FPT) + \text{sum}(PSVDSA \times FPSA)$$

b) Para o Lote IV e Lote V:

$$PF = \text{sum}(PSVD) + \text{sum}(PSVDSA \times FPSA)$$

c) Para o Lote III e Lote VI:

$$PF = \text{sum}(PSVD)$$

Sendo:

PF = Preço final, sem IVA;

PSVD = Preço total para os serviços base de suporte de voz e dados, sem IVA;

PSVDT = Preço dos serviços extra para valores de comunicações de voz e dados extra serviço base respeitante ao Lote I e ao Lote II, por minuto, SMS, MMS e tráfego de dados, nos termos do artigo 4.º da Parte II do Caderno de Encargos;

FPT – Fator de multiplicação para o consumo estimado do consumo de ‘Serviços extra – Tarifários’, respeitante ao Lote I e ao Lote II, nos termos do artigo 4.º da Parte II do Caderno de Encargos;

PSVDSA = Preço dos serviços extra para serviços e pacotes adicionais extra serviço base respeitante ao Lote I e ao Lote II, nos termos do artigo 5.º da Parte II do Caderno de Encargos; E/ou, preço dos serviços extra para os serviços adicionais de apoio técnico profissional extra serviço base respeitante ao Lote IV, nos termos do artigo 10.º da Parte II do Caderno de Encargos; E/ou preços dos serviços extra para os serviços adicionais de apoio técnico profissional extra serviço base respeitante ao Lote V, nos termos do artigo 12.º da Parte II do Caderno de Encargos;

FPSA – Fator de multiplicação para o consumo estimado de ‘Serviços extra – Serviços Adicionais’, respeitante ao Lote I e ao Lote II, nos termos do artigo 5.º da Parte II do Caderno de Encargos; E/ou fator de multiplicação para o consumo estimado de ‘Serviços extra – Serviços Adicionais’, respeitante ao Lote IV, nos termos do artigo 10.º da Parte II do Caderno de Encargos; E/ou fator de multiplicação para o consumo estimado de ‘Serviços extra – Serviços Adicionais’, respeitante ao Lote V, nos termos do artigo 12.º da Parte II do Caderno de Encargos.

3 - Se por via da aplicação do critério definido nos números anteriores se verificar igualdade de pontuação entre duas ou mais propostas, serão aplicados sucessivamente, até se verificar o respetivo desempate, os seguintes critérios:

a) No que concerne aos lotes I, II, V e VI, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o preço mais baixo para cada um dos artigos identificados na tabela infra, pela seguinte ordem:

LOTE I	(1.1) WAN: GLT – Gualtar
	(1.2) WAN: PC – Largo do Paço
	(1.3) WAN: AZR – Campus de Azurém
	(1.4) WAN: AVC100 – Avenida Central 100 - Edifício dos Congregados
LOTE II	(2.1) Cartões Tipo S1
	(2.2) Cartões Tipo S2
	(2.3) Cartões Tipo S3
	(2.4) Cartões Tipo B1
LOTE V	(5.1) Manutenção componentes Edifício Gualtar (componente principal)
	(5.2) Manutenção componentes Edifício Azurém

LOTE VI	(5.3) Manutenção componentes Edifício Paço
	(5.4) Manutenção equipamentos Terminais IP
	(6.1) UPS 1 Gualtar, Datacenter S
	(6.2) UPS 2 Gualtar, Datacenter S
	(6.3) UPS Azurém, Datacenter A
	(6.4) UPS Gualtar, Datacenter CC

- b) No que concerne aos lotes III e IV e/ou, restantes lotes, se após aplicação do critério de desempate estabelecido na alínea anterior persistir o empate entre propostas, a ordenação das mesmas será efetuada na sequência de sorteio, a realizar de acordo com o Regulamento anexo ao presente Programa **(Anexo II)**.

4 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, **a cada concorrente só poderão ser adjudicados, no máximo, 3 (três) lotes**, em conformidade com o disposto no artigo 2.º do presente programa.

Artigo 18º

Preço ou custo anormalmente baixo

1 - O preço ou custo de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.

2 - No caso previsto no número anterior, o júri solicita previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.

Artigo 19º

Relatório preliminar de análise das propostas

1 - Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação o júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.

2 - No relatório preliminar, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 20º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela UMinho em <http://www.acingov.pt>, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 dias úteis.

Artigo 21º

Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

Artigo 22º

Notificação da decisão de adjudicação

1 – A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, remetendo-se-lhes o relatório final de análise das propostas.

2 – Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:

- Apresentar os documentos de habilitação exigidos no Artigo 27.º deste programa de concurso;
- Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto nos Artigos 28.º a 29.º deste programa de concurso;
- Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- Se pronunciar sobre a minuta do contrato;

- e) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

Artigo 23º

Causas de não adjudicação

- 1 – Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:
- a) Nenhum concorrente haja apresentado propostas;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70.º, no que respeita às propostas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.
- 2 – A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Artigo 24º

Redução do contrato a escrito

Conforme previsto no artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato será reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas

Artigo 25º

Aprovação e notificação da minuta do contrato

- 1 – A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
- 2 – Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 2 do Artigo 22.º do presente Programa.

Artigo 26º

Aceitação da minuta do contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 27º

Documentos de habilitação

- 1 – O adjudicatário deve entregar, no prazo de **10 dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III ao presente programa de concurso, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP;
 - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e), e h) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta *online*, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - d) Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), de acordo com o disposto no artigo 3.º e na al. b) do n.º 1 do artigo 37.º, ambos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na medida em que o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP (no caso de entidades nacionais);
- 2 – Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, por remissão do no n.º 2 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – Os documentos de habilitação devem ser apresentados em formato digital através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>. No caso da plataforma eletrónica se encontrar indisponível, os documentos de habilitação devem ser enviados para o endereço eletrónico indicado no Artigo 3.º do presente programa de concurso.

4 - Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou, quando, pela sua própria natureza ou origem, os referidos documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

5 - O adjudicatário pode, em substituição da apresentação da reprodução dos documentos de habilitação, indicar o endereço do sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

6 - Nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado por um prazo máximo de 5 dias, se essa prorrogação for solicitada, pelo adjudicatário, em tempo útil e devidamente fundamentada.

7 - Não é necessária a apresentação dos documentos previstos na alínea b) do 1., caso o adjudicatário se encontre devidamente registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

8 – Nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o órgão competente para a decisão de contratar deve solicitar ao adjudicatário a apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.

9 – Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado um prazo de 5 dias para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

10 – Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 dias para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.

11 – O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das atividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

12 - O órgão competente para a decisão de contratar pode ainda exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do 2, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

Artigo 28º

Caução

1 - O adjudicatário deve prestar uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais que assume com essa celebração, no valor de **3% (três por cento) do preço contratual**.

2 - O valor da caução tem por referência o preço do período inicial de vigência do contrato, ficando cada renovação condicionada à prestação de nova caução, que terá por referência o preço de cada um dos respetivos períodos de vigência.

3 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, **não será exigida ao adjudicatário a prestação de uma caução quando o preço contratual for inferior a 500.000,00 (quinhentos mil euros)**, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

4 - Para efeitos do número anterior, clarifica-se que no caso de ser adjudicado mais do que um lote ao mesmo concorrente, **só não será exigida a prestação de uma caução se o somatório do preço contratual da totalidade lotes que lhe tenham sido adjudicados for também inferior a 500.000,00€ (quinhentos mil euros)**.

5 - Quando, em conformidade com o previsto nos números anteriores, não tenha sido exigida a prestação da caução, pode a entidade adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, desde que tal faculdade seja prevista no caderno de encargos.

6 – Não é exigida a prestação de caução quando o adjudicatário apresente seguro de execução do contrato a celebrar, emitido pela entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo mesmo montante emitida por entidade bancária, desde que essa entidade apresente documento comprovativo

de que possui ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que nesse Estado exerça a supervisão seguradora ou bancária, respetivamente.

Artigo 29º

Modo de Prestação da Caução

- 1 – O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 22.º, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
- 2 – A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.
- 3 – O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem de Universidade do Minho, devendo ser especificado o fim a que se destina, em conformidade com o **Anexo IV**.
- 4 – Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
- 5 – Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita, em conformidade com o **Anexo V** deste programa de concurso.
- 6 – Tratando-se de seguro caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita, em conformidade com o **Anexo VI**.
- 7 – Das condições da garantia bancária ou a apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos modelos em que são asseguradas pelas outras formas administradas de prestação de caução.
- 8 – Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
- 9 – A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos anteriormente, a caução que lhe seja exigida.
- 10 – No caso previsto no ponto anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada subsequente.

Artigo 30º

Novos Serviços

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º, conjugado com a alínea q) do n.º 1 do artigo 132.º, todos do CCP, é admitida a possibilidade de adoção do procedimento de Ajuste Direto para formação de quaisquer contratos que se pretenda celebrar, na sequência do presente procedimento, que consistam na repetição de serviços similares objeto do presente concurso público.

Artigo 31º

Legislação Aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente programa do procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.

ANEXOS

DEUCP – Documento Europeu Único de Contratação Pública (a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos).

Anexo I – Minuta de Proposta de Preço.

Anexo II – Regulamento do sorteio de desempate das propostas.

Anexo III – Modelo de Declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos].

Anexo IV – Modelo de Caução por Depósito em Dinheiro.

Anexo V – Modelo de Garantia Bancária.

Anexo VI – Modelo de Seguro - Caução.

NOTA: estes modelos (DEUCP, Anexos I, III, IV, V e VI), em formato editável, serão disponibilizados no procedimento criado na plataforma eletrónica AcinGov.

ANEXO I

MINUTA DE PROPOSTA DE PREÇO

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do Artigo 9.º deste Programa de Procedimento)

_____, [entidade; designação legal, NIPC e sede], representada por _____ [gerente/administrador/representante legal; nome, NIF, domicílio fiscal ou profissional], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do procedimento concursal _____, obriga-se a executar o contrato e prestar à Universidade do Minho todos os serviços que constituem o respetivo objeto, nos termos, condições e de harmonia com o caderno de encargos e os restantes elementos do procedimento para o(s) lote(s) a que se candidata, pelo preço discriminado nas tabelas infra, para o período de 3 (três) anos.

Lotes a que se candidata: **[preencher apenas os lotes a que se candidata]**

LOTES	Serviços base de suporte de voz e dados	PREÇO TOTAL PARA O SERVIÇO (Valor Total)	SERVIÇOS EXTRA - Tarifários	SERVIÇOS EXTRA - Serviços Adicionais
			(nos termos do artigo 4º da Parte II do Caderno de Encargos)	(nos termos do artigo 5º, 10º e 12º da Parte II do Caderno de Encargos)
LOTE I	(1.1) WAN: GLT – Gualtar	_____ € (por extenso)	(A preencher tabela abaixo 'SERVIÇOS EXTRA - Tarifários')	(A preencher tabela abaixo 'SERVIÇOS EXTRA - Serviços Adicionais')
	(1.2) WAN: PC – Largo do Paço	_____ € (por extenso)		
	(1.3) WAN: AZR – Campus de Azurém	_____ € (por extenso)		
	(1.4) WAN: AVC100 – Avenida Central 100 - Edifício dos Congregados	_____ € (por extenso)		
	(1.5) WAN: AVC39 – Avenida Central 39	_____ € (por extenso)		
	(1.6) WAN: RAL – Rua Abade Loureira	_____ € (por extenso)		
	(1.7) WAN: RST – Residência Universitária de Santa Tecla	_____ € (por extenso)		
	(1.8) WAN: RC – Residência dos Combatentes	_____ € (por extenso)		
	(1.9) WAN: APK – AvePark	_____ € (por extenso)		
	(1.10) WAN: CAFPG – Centro Avançado de Formação Pós-Graduada	_____ € (por extenso)		
	(1.11) WAN: VSC – Vale de São Cosme	_____ € (por extenso)		
	(1.12) Serviço de Acesso à Internet com interface de acesso analógico (251652104)	_____ € (por extenso)		
SUBTOTAL LOTE I		_____ € (por extenso)	_____ € (por extenso)	_____ € (por extenso)
TOTAL LOTE I		_____ € (por extenso)		
LOTE II	(2.1) Cartões Tipo S1	_____ € (por extenso)	(A preencher tabela abaixo 'SERVIÇOS EXTRA - Tarifários')	(A preencher tabela abaixo 'SERVIÇOS EXTRA - Serviços Adicionais')
	(2.2) Cartões Tipo S2	_____ € (por extenso)		
	(2.3) Cartões Tipo S3	_____ € (por extenso)		
	(2.4) Cartões Tipo B1	_____ € (por extenso)		
	(2.5) Cartões Tipo B2	_____ € (por extenso)		
	(2.6) Cartões Tipo B3	_____ € (por extenso)		
	(2.7) Cartões Tipo M1	_____ € (por extenso)		
	(2.8) Pacote Partilhado de Internet de 60GB para cartões Tipo S1, S2 e S3	_____ € (por extenso)		
	(2.9) Pacote Partilhado de dados em circuito fechado Máquina a Máquina (M2M) de 30GB para cartões Tipo M1	_____ € (por extenso)		
	(2.10) Pacote Individual de Roaming 500 min/SMS + 500MB EUA e Suíça para cartões Tipo S1	_____ € (por extenso)		
SUBTOTAL LOTE II		_____ € (por extenso)	_____ € (por extenso)	_____ € (por extenso)
TOTAL LOTE II		_____ € (por extenso)		

LOTE III	(3.1) Serviço de locação de dois pares de Fibra Ótica Escura entre a estação de caminhos de ferro de Guimarães e a estação de caminhos de ferro de Lousado	_____ € (por extenso)	N/A	N/A
TOTAL LOTE III		_____ € (por extenso)		
LOTE IV	(4.1) Serviço de manutenção e acesso a novas versões de software operativo para equipamentos de comunicações	_____ € (por extenso)	N/A	(A preencher tabela abaixo 'SERVIÇOS EXTRA - Serviços Adicionais')
SUBTOTAL LOTE IV		_____ € (por extenso)	N/A	_____ € (por extenso)
TOTAL LOTE IV		_____ € (por extenso)		
LOTE V	(5.1) Manutenção componentes Edifício Gualtar (componente principal)	_____ € (por extenso)	N/A	(A preencher tabela abaixo 'SERVIÇOS EXTRA - Serviços Adicionais')
	(5.2) Manutenção componentes Edifício Azurém	_____ € (por extenso)		
	(5.3) Manutenção componentes Edifício Paço	_____ € (por extenso)		
	(5.4) Manutenção equipamentos Terminais IP	_____ € (por extenso)		
SUBTOTAL LOTE V		_____ € (por extenso)	N/A	_____ € (por extenso)
TOTAL LOTE V		_____ € (por extenso)		
LOTE VI	(6.1) UPS Gualtar, Datacenter S	_____ € (por extenso)	N/A	N/A
	(6.2) UPS 2 Gualtar, Datacenter S	_____ € (por extenso)		
	(6.3) UPS Azurém, Datacenter A	_____ € (por extenso)		
	(6.4) UPS Gualtar, Datacenter CC	_____ € (por extenso)		
	(6.5) UPS Gualtar, Datacenter K	_____ € (por extenso)		
	(6.6) UPS Azurém, Datacenter BIS	_____ € (por extenso)		
	(6.7) UPS Gualtar, Datacenter N	_____ € (por extenso)		
	(6.8) UPS Paço, Datacenter A	_____ € (por extenso)		
	(6.9) UPS Gualtar, 3Cs	_____ € (por extenso)		
	(6.10) UPS Gualtar, Portaria Sul	_____ € (por extenso)		
TOTAL LOTE VI		_____ € (por extenso)		
SUBTOTAL		_____ € (por extenso)	_____ € (por extenso)	_____ € (por extenso)
PREÇO TOTAL		_____ € (por extenso)		

Nota: preencher os valores unitários, em euros, sem inclusão do IVA, para o total a 3 anos, para os serviços apresentados na tabela supra.

Tabela 'SERVIÇOS EXTRA – Tarifários':

LOTES	SERVIÇOS EXTRA - Tarifários		
	Itens	Fator de multiplicação para o consumo estimado	(nos termos do artigo 4º da Parte II do Caderno de Encargos)
LOTE I	'Acesso à Internet com interface de acesso analógico': Chamada de voz: Fixo Nacional (prefixo 2)	240	_____€
	'Acesso à Internet com interface de acesso analógico': Chamada de voz: Nómada (prefixo 3)	60	_____€
	'Acesso à Internet com interface de acesso analógico': Chamada de voz: Móvel Nacional mesmo operador (no caso de o operador não possuir serviços Móveis Nacionais, este valor deve ser igual ao valor 'Móvel Nacional outros operadores')	600	_____€
	'Acesso à Internet com interface de acesso analógico': Chamada de voz: Móvel Nacional outros operadores	600	_____€
	'Acesso Analógico': Chamada de voz: Fixo Nacional (prefixo 2)	240	_____€
	'Acesso Analógico': Chamada de voz: Nómada (prefixo 3)	60	_____€
	'Acesso Analógico': Chamada de voz: Móvel Nacional mesmo operador (no caso de o operador não possuir serviços Móveis Nacionais, este valor deve ser igual ao valor 'Móvel Nacional outros operadores')	600	_____€
	'Acesso Analógico': Chamada de voz: Móvel Nacional outros operadores	600	_____€
	Limite adicional de comunicações	1	500,00 € (quinhentos euros)
SUBTOTAL 'SERVIÇOS EXTRA - Tarifários' LOTE I		_____€ (por extenso)	
LOTE II	Tipo S1: Chamada de voz: Fixo Nacional (prefixo 2)	300	_____€
	Tipo S1: Chamada de voz: Nómada (prefixo 3)	100	_____€
	Tipo S1: Chamada de voz: Móvel Nacional mesmo operador	500	_____€
	Tipo S1: Chamada de voz: Móvel Nacional outros operadores	450	_____€
	Tipo S1: SMS: Móvel Nacional mesmo operador	250	_____€
	Tipo S1: SMS: Móvel Nacional outros operadores	250	_____€
	Tipo S1: MMS: Móvel Nacional mesmo operador	100	_____€
	Tipo S1: MMS: Móvel Nacional outros operadores	50	_____€
	Tipo S2: Chamada de voz: Fixo Nacional (prefixo 2)	300	_____€
	Tipo S2: Chamada de voz: Nómada (prefixo 3)	100	_____€
	Tipo S2: Chamada de voz: Móvel Nacional mesmo operador	500	_____€
	Tipo S2: Chamada de voz: Móvel Nacional outros operadores	450	_____€
	Tipo S2: SMS: Móvel Nacional mesmo operador	250	_____€
	Tipo S2: SMS: Móvel Nacional outros operadores	250	_____€
	Tipo S2: MMS: Móvel Nacional mesmo operador	100	_____€
	Tipo S2: MMS: Móvel Nacional outros operadores	50	_____€
	Tipo S3: Chamada de voz: Fixo Nacional (prefixo 2)	300	_____€
	Tipo S3: Chamada de voz: Nómada (prefixo 3)	100	_____€
	Tipo S3: Chamada de voz: Móvel Nacional mesmo operador	500	_____€
	Tipo S3: Chamada de voz: Móvel Nacional outros operadores	450	_____€
	Tipo S3: SMS: Móvel Nacional mesmo operador	250	_____€
	Tipo S3: SMS: Móvel Nacional outros operadores	250	_____€
	Tipo S3: MMS: Móvel Nacional mesmo operador	100	_____€
	Tipo S3: MMS: Móvel Nacional outros operadores	50	_____€
	Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz Internacional: União Europeia	400	_____€
	Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz Internacional: África do Sul	400	_____€
	Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz Internacional: Angola	400	_____€
	Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz Internacional: Brasil	400	_____€
	Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz Internacional: Cabo Verde	400	_____€
	Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz Internacional: Canadá	400	_____€
	Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz Internacional: Estados Unidos	400	_____€
	Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz Internacional: Macau	400	_____€
	Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz Internacional: Marrocos	400	_____€
	Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz Internacional: Moçambique	400	_____€
	Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz Internacional: Suíça	400	_____€

Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz Internacional: Tunísia	400	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz Internacional: Resto do Mundo (rede fixa e móvel)	400	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: África do Sul	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Angola	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Brasil	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Cabo Verde	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Canadá	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: China	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Coreia do Sul	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Emirados Árabes Unidos	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Estados Unidos	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Guiné-Bissau	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Guiné Equatorial	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Macau	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Marrocos	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Moçambique	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Suíça	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz efetuada para Portugal ou para o mesmo país em Roaming: Tunísia	450	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: África do Sul	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Angola	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Brasil	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Cabo Verde	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Canadá	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: China	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Coreia do Sul	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Emirados Árabes Unidos	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Estados Unidos	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Guiné-Bissau	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Guiné Equatorial	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Macau	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Marrocos	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Moçambique	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Suíça	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Chamada de voz recebida no país em Roaming: Tunísia	300	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: África do Sul	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Angola	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Brasil	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Cabo Verde	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Canadá	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: China	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Coreia do Sul	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Estados Unidos	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Emirados Árabes Unidos	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Guiné-Bissau	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Guiné Equatorial	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Macau	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Marrocos	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Moçambique	430	_____€

Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Suíça	430	_____€
Tipo S1, S2 e S3: Dados por 100KB no país em Roaming: Tunísia	430	_____€
Tipo B1, B2 e B3: SMS: Móvel Nacional mesmo operador	75	_____€
Tipo B1, B2 e B3: SMS: Móvel Nacional outros operadores	60	_____€
Tipo M1: SMS: Móvel Nacional mesmo operador	4.000	_____€
Tipo M1: SMS: Móvel Nacional outros operadores	500	_____€
Limite adicional de comunicações	1	2.000,00 € (dois mil euros)
SUBTOTAL 'SERVIÇOS EXTRA - Tarifários' LOTE II		_____€ (por extenso)

Nota: preencher os valores unitários, em euros, sem inclusão do IVA, **por minuto, SMS, MMS e tráfego de dados**, para os serviços apresentados na tabela supra.

Tabela 'SERVIÇOS EXTRA – Serviços Adicionais':

LOTES	SERVIÇOS EXTRA - Serviços Adicionais		
	Itens	Fator de multiplicação para o consumo estimado	(nos termos do artigo 5º, 10º e 12º da Parte II do Caderno de Encargos)
LOTE I	(1.sa.1) Mensalidade adicional de circuitos WAN de 100Mbps, em que se solicite aumento da Largura de Banda para 200Mbps	12	_____€
	(1.sa.2) Mensalidade adicional de circuitos WAN de 100Mbps, em que se solicite aumento da Largura de Banda para 500Mbps	12	_____€
	(1.sa.3) Mensalidade adicional de circuitos WAN de 200Mbps, em que se solicite aumento da Largura de Banda para 500Mbps	12	_____€
	(1.sa.4) Mensalidade 'Acesso à Internet com interface de acesso analógico'	12	_____€
	(1.sa.5) Mensalidade 'Acesso Analógico'	12	_____€
	Limite adicional de Serviços Extra	1	1.000,00 € (mil euros)
SUBTOTAL 'SERVIÇOS EXTRA - Serviços Adicionais' LOTE I		_____€ (por extenso)	
LOTE II	(2.sa.1) Mensalidade Cartão S1 (sem subsídio de equipamento)	72	_____€
	(2.sa.2) Mensalidade Cartão S2 (sem subsídio de equipamento)	120	_____€
	(2.sa.3) Mensalidade Cartão S3 (sem subsídio de equipamento)	240	_____€
	(2.sa.4) Mensalidade Cartão B1 (sem subsídio de equipamento)	12	_____€
	(2.sa.5) Mensalidade Cartão B2 (sem subsídio de equipamento)	60	_____€
	(2.sa.9) Mensalidade Cartão B3 (sem subsídio de equipamento)	24	_____€
	(2.sa.7) Mensalidade Cartão M1 (sem subsídio de equipamento)	120	_____€
	(2.sa.8) Mensalidade Pacote Partilhado de Internet de 60GB para cartões Tipo S1, S2 e S3	12	_____€
	(2.sa.9) Mensalidade Pacote Partilhado de dados em circuito fechado Máquina a Máquina (M2M) de 30GB para cartões Tipo M1	12	_____€
	(2.sa.10) Mensalidade Pacote Individual de Roaming 500 min/SMS + 500MB EUA e Suíça para cartões Tipo S1	72	_____€
	(2.sa.11) Pacote de Roaming diário de 50 min/SMS e 50MB para cartões Tipo S1, S2 e S3 (África do Sul, Brasil, Canadá, Emirados Árabes Unidos, EUA, México, Moçambique)	300	_____€
	Limite adicional de Serviços Extra	1	2.000,00 € (dois mil euros)
SUBTOTAL 'SERVIÇOS EXTRA - Serviços Adicionais' LOTE II		_____€ (por extenso)	
LOTE IV	(4.sa.1) Valor hora do serviço de apoio técnico profissional não enquadrado na manutenção preventiva ou corretiva em Horário AT Laboral	3 x 15	_____€
	(4.sa.2) Valor hora do serviço de apoio técnico profissional não enquadrado na manutenção preventiva ou corretiva em Horário AT Não Laboral	3 x 20	_____€
SUBTOTAL 'SERVIÇOS EXTRA - Serviços Adicionais' LOTE IV		_____€ (por extenso)	
LOTE V	(5.sa.1) Valor hora do serviço de apoio técnico profissional não enquadrado na manutenção preventiva ou corretiva em Horário AT Laboral	3 x 15	_____€
	(5.sa.2) Valor hora do serviço de apoio técnico profissional não enquadrado na manutenção preventiva ou corretiva em Horário AT Não Laboral	3 x 20	_____€
SUBTOTAL 'SERVIÇOS EXTRA - Serviços Adicionais' LOTE V		_____€ (por extenso)	

Nota: preencher os valores unitários, em euros, sem inclusão do IVA, **da mensalidade** (Lote I e Lote II), **do pacote diário** (Lote II) **e valor hora** (Lote IV e Lote V), para os serviços e pacotes apresentados na tabela supra.

ANEXO II

REGULAMENTO DO SORTEIO DE DESEMPATE DAS PROPOSTAS

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á a um sorteio para seriar as propostas empatadas, nos termos seguintes:

- 1 - As propostas empatadas serão numeradas de 1 a "n", usando-se, para efeitos de numeração, a ordem cronológica de submissão de cada uma delas, conforme o respetivo registo na plataforma.
- 2 - Os números serão impressos em papel branco, que será dobrado em 4, de modo a que não fique visível o número inscrito em cada folha.
- 3 - Os papéis dobrados serão todos introduzidos em recipiente opaco, misturando-se os papéis no seu interior.
- 4 - Os papéis serão retirados um a um, sendo elaborado um auto que identifica a ordem pelo qual foram retirados, constituindo-se assim a ordenação e seriação final das propostas empatadas, documento esse que fará parte do processo do procedimento e será notificado na plataforma eletrónica a todos os concorrentes.
- 5 - O primeiro papel a ser retirado corresponde ao concorrente que ficará em primeiro lugar e assim sucessivamente até que sejam esgotados todos os papéis introduzidos no recipiente.
- 6 - Os trabalhos referidos nos números anteriores são efetuados pelos membros do júri, cabendo ao presidente do júri a sua condução e orientação.
- 7 - Ao sorteio e às operações acima descritas podem assistir os concorrentes que sejam submetidos ao desempate ou os seus representantes devidamente credenciados e mandatados, com os necessários poderes de representação, e bem assim outros funcionários da UMinho, igualmente mandatados para o efeito.
- 8 - Do processo de sorteio será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

ANEXO III

Modelo de Declaração de Habilitação

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados **(3)**] os documentos comprovativos de que a sua representada **(4)** não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura **(5)**].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV

Modelo de Caução por Depósito em Dinheiro

(a que se refere o n.º 3 do artigo 29.º deste Programa de Procedimento)

Guia de depósito n.º _____

_____ € (euros)

Vai **(1)**, residente/com sede **(2)** em **(3)**, depositar na sede/filial/agência/delegação **(2)** da **(4)**, a quantia de **(5)** destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento **(6)**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

O presente depósito corresponde a % **(7)** do valor total da adjudicação acima mencionada e fica à ordem da **Universidade do Minho**, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

... (data)

... (assinatura)

- (1)** Identificação completa do adjudicatário.
- (2)** Eliminar o que não interessa.
- (3)** Morada do Adjudicatário.
- (4)** Identificação completa da instituição de crédito.
- (5)** Indicar o valor, também por extenso.
- (6)** Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.
- (7)** Indicar a percentagem nos termos do disposto.

ANEXO V

Modelo de Garantia Bancária

(a que se refere o n.º 5 do artigo 29.º deste Programa do Procedimento)

GARANTIA BANCÁRIA n.º _____

Em nome de **(1)**, vem o(a) **(2)**, pelo presente documento, prestar, a favor da **UNIVERSIDADE DO MINHO**, pessoa coletiva n.º 502011378, uma garantia bancária, até ao montante máximo de **(3)**, destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento **(4)**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

A presente garantia corresponde ... % **(5)** do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, para fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, que não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (Data)

... (Assinatura)

- (1)** Identificação completa do adjudicatário.
- (2)** Identificação completa da instituição garante.
- (3)** Identificar o valor, também por extenso.
- (4)** Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.
- (5)** Indicar a percentagem, nos termos do disposto no Programa de Procedimento.

ANEXO VI

Modelo de Seguro - Caução

(a que se refere o n.º 6 do artigo 29.º deste Programa do Procedimento)

SEGURO - CAUÇÃO n.º _____ / **APÓLICE** n.º _____

Em nome de **(1)**, adiante designado por Tomador do Seguro, vem a entidade **(2)**, adiante designada por Segurador, pelo presente documento, prestar, a favor da **UNIVERSIDADE DO MINHO**, adiante designada por Beneficiário, pessoa coletiva n.º 502011378, um seguro-caução, até ao montante máximo de **(3)**, destinado a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento **(4)**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

O presente seguro corresponde a ... % **(5)** do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o Segurador, sem quaisquer reservas, de fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite do valor seguro, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte do Beneficiário.

Fica bem assente que o Segurador, no caso de vir a ser chamado a honrar o presente seguro, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do Tomador, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Beneficiário quaisquer reservas ou meios de defesa de que o Tomador se possa valer face ao Segurador.

O presente seguro permanece válido até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Beneficiário, não podendo ser anulado ou alterado sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (Data)

... (Assinatura)

- (1)** Identificação completa do adjudicatário.
- (2)** Identificação completa da instituição garante.
- (3)** Identificar o valor, também por extenso.
- (4)** Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.
- (5)** Indicar a percentagem, nos termos do disposto no Programa de Procedimento.